§ 2º Para fins de aferição da cláusula de desempenho prevista no § 3º do art. 17 da Constituição e no art. 3º da EC nº 97/2017, será considerada a soma da votação e da representação dos partidos que integram a federação.

§ 3º O efeito de que trata o § 2º deste artigo somente incidirá a partir do início da legislatura seguinte ao deferimento do registro da federação, compreendida aquela conforme o parágrafo único do art. 44 da Constituição

Pois bem.

O Órgão Partidário apresentou o Requerimento em 24/5/23, sendo, portanto, tempestivo (art. 6º, II, da Resolução TSE nº 23.679/22).

Desde logo, verifico que a Federação composta pelos partidos Rede Sustentabilidade e o Partido Socialismo e Liberdade elegeram 14 deputados federais e obteve 4,23% dos votos válidos, distribuídos em 15 unidades da Federação, com um mínimo de 1% dos votos válidos em cada uma delas, preenchendo os requisitos legais e constitucionais exigidos para o acolhimento do seu pedido, nos termos do Parecer da PRE, vez que os elementos colacionados aos autos demonstram que o partido Rede Sustentabilidade e o Partido Socialismo e Liberdade elegeram, respectivamente, 2 e 12 (doze) Deputados Federais (inciso III, do art. 50-B da Lei 9.504/97).

Destarte, o Requerente possui direito à utilização do tempo total de 5 (cinco) minutos por semestre para inserções de 30 (trinta) segundos, totalizando 10 (dez) inserções, conforme o anexo da Portaria TSE nº 314/2023 (ID. 9916455, p. 3).

Apresentadas datas sugestivas para inclusão das inserções pelo Órgão Partidário, a Secretaria Judiciária deste Tribunal informou (ID. 9916446) que realizou a inserção dos horários solicitados pela Agremiação, conforme planilha juntada aos autos (ID. 9917477), em conformidade com a Resolução TSE nº 23.679/2022.

Por fim, temos que o art. 8º, § 5º, da Resolução TSE nº 23.679/2022, faculta ao(à) Relator(a) proferir decisão monocrática ou apresentar o feito em mesa, para julgamento em pauta administrativa.

Ante o exposto, acolho o Parecer da Procuradoria Regional Eleitoral e DEFIRO o pedido formulado pelo DIREÇÃO ESTADUAL DO REDE SUSTENTABILIDADE NO TOCANTINS (REDE/TO), para que seja permitida a veiculação de 5 (cinco) minutos de propaganda partidária gratuita, divididos sob a forma de inserções de 30 (trinta) segundos, totalizando 10 (dez) inserções, no segundo semestre do ano de 2023, nas datas constantes na tabela apresentada pela Secretaria Judiciária, devendo o Partido guardar fiel observância ao disposto nos arts. 50-A a 50-D da Lei nº 9.096/1995.

Publique-se. Intimem-se.

Palmas, datado e assinado eletronicamente.

Juíza DELICIA F. F. SUDBRACK

Relatora

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

ATOS DIRETORIA GERAL

PORTARIA Nº 549/2023 PRES/DG

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso X do art. 75 do Regulamento Interno da Secretaria (Resolução nº 116, de 15 de fevereiro de 2007) e pelo art. 4º da Instrução Normativa nº 3/2021 da Presidência, e tendo em vista o contido no SEI nº [0028272-98.2023.6.27.8000](http://www.tre-to.jus.br);

RESOLVE:

Art. 1º. Instituir a equipe de planejamento para a contratação da Ação de Capacitação na área de Facilitação Visual aplicada ao redesenho de serviços públicos, no intuito de auxiliar na melhoria da relação do Estado com a sociedade, bem como suas estruturas de comunicação internas.

Art. 2º. Designar para compor a equipe de planejamento os servidores:

I - Juliana Avelar Lucena de Oliveira (área técnica);

II - Vick Mature Aglantzakis (área requisitante);

III - Julhierre Markus Emílio Peres da Cunha - ASPLAN/SADOR (área administrativa).

Art. 3º Cabe à equipe elaborar os estudos técnicos preliminares, o mapa de risco e o termo de referência.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

Palmas, 22 de junho de 2023.

José Machado dos Santos

Diretor-Geral

ATOS DA PRESIDÊNCIA

PORTARIA Nº 550/2023 PRES/DG/SGP/COPES

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, ex vi do inciso XXIV, do artigo 20, do Regimento Interno deste Tribunal e de acordo com a Resolução TSE nº 21.832, de 22/6/2004, alterada pela Resolução TSE nº 23.411, de 6/5/2014, e o teor do SEI nº [0028514-85.2023.6.27.8023](#), RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor requisitado VILMAR LUIZ WOICIK, para exercer, em caráter excepcional, a função de Chefe de Cartório Substituto, Nível FC-6, do Cartório Eleitoral da 23ª Zona, com sede no município de Pedro Afonso/TO, nos dias 19/06 a 23/06/2023, tendo em vista que, nessas datas, o titular Ravel de Sousa Alves e sua substituta automática, Rosangela Ferreira Pires, encontrar-se afastados por motivo de viagem a serviço e férias, respectivamente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas, 22 de junho de 2023.

Desembargador Helvécio de Brito Maia Neto

Presidente

PORTARIA Nº 547/2023 PRES/DG/SGP/COPES

Aprova os Protocolos de Segurança Cibernética do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o disposto na Lei 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

CONSIDERANDO o disposto na Resolução CNJ nº 396/2021, que institui a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ);

CONSIDERANDO o disposto na Portaria CNJ nº 162/2021, que a prova Protocolos e Manuais criados pela Resolução CNJ nº 396/2021;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar os Protocolos de Segurança Cibernética do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, constantes dos seguintes anexos:

I - protocolo de prevenção a incidentes cibernéticos (Anexo I);

II - protocolo de gerenciamento de crises cibernéticas (Anexo II); e

III - protocolo para investigação de ilícitos cibernéticos (Anexo III).